

Continuação

Aos Administradores e Acionistas da UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações**

UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ nº 11.519.438/0001-05

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

financeiras e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O

Emerson Morelli
Contador
CRC SP-249401/O

Polícia prende quadrilha de sequestradores; advogado de Perdizes foi uma das vítimas do grupo

A Polícia Civil de São Paulo prendeu, terça-feira, 25, sete suspeitos de integrar uma quadrilha especializada em sequestros que agia em bairros nobres de São Paulo. Entre os detidos, estão suspeitos do sequestro de um advogado, na região de Perdizes, na capital. As prisões foram autorizadas pela Justiça a pedido da 3ª Delegacia Antissequestro (DAS).

Os suspeitos vão responder pelos crimes de sequestro e extorsão. Eles não tiveram os nomes divulgados, o que impossibilitou o contato com suas defesas.



A investigação sobre a ação da quadrilha teve início após o sequestro do advogado, no dia 11 de novembro do ano passado. Ele chegava em casa em um carro de luxo quando foi abordado pelos criminosos. Durante o período em que permaneceu em cárcere privado, em uma área de mata, os criminosos fizeram transações usando o celular da vítima.

Eles também exigiram que o irmão do advogado pagasse o resgate. O prejuízo, na época, foi de mais de R\$ 50 mil. A vítima foi liberada, após mais de cinco horas de cativeiro, no km 45 da rodovia Raposo Tavares,

em Vargem Grande Paulista. O automóvel do advogado foi localizado quase um mês depois, em Cotia, na mesma região. As investigações apontaram a existência de uma rede de sequestradores agindo na região.

Com análise de câmeras de segurança, resultados da perícia e outras ações poli-

ciais que levaram à identificação dos integrantes da quadrilha, a Justiça expediu os mandados de prisão. Dos sete presos, cinco tiveram participação no sequestro do advogado de Perdizes. Os mandados de busca, apreensão e prisão foram cumpridos na capital e nas cidades de Cotia, Itapevi, Osasco e Taboão

STF suspende processos sobre disponibilidade orçamentária para promoções e progressões de servidores no PR

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a suspensão de processos judiciais em curso nos Juizados Especiais do Estado do Paraná que afastaram a exigência de disponibilidade orçamentária, vaga e publicação de ato concessivo para promoções e progressões no serviço público estadual. Na sessão virtual finalizada em 14/3, o Plenário referendou decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1174.

Em mais de 700 ações judiciais em andamento na Justiça local, servidores buscam o pagamento de diferenças remuneratórias baseadas na promoção ou na progressão de carreira desde o momento em que passaram a cumprir os

requisitos legais, e não quando o ato foi concedido. A ADPF foi proposta pelo governo do Paraná contra as decisões judiciais que reconheceram o direito aos efeitos financeiros retroativos.

Segundo o governo, a Justiça estadual tem afastado a aplicação do artigo 13 da Lei Complementar estadual 231/2020 sem declarar a sua inconstitucionalidade. O dispositivo condiciona a promoção e a progressão nas carreiras do Executivo estadual à disponibilidade orçamentária e financeira, à existência de vaga e à publicação de decreto.

A norma, incorporada nas leis específicas de cada carreira, determina que os efeitos financeiros só ocorram após o ato de concessão da progressão ou promoção.

Dino dá 30 dias para que ministérios do Turismo, Fazenda e Saúde complementem informações sobre “emendas Pix”

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo de 30 dias para que os ministérios do Turismo, da Fazenda e da Saúde complementem as informações apresentadas sobre a execução de “emendas PIX” ao Orçamento da União destinadas a eventos e ações e serviços públicos de saúde. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854.

Segundo o ministro, as informações enviadas pelos ministérios precisam de complementação. Elas se inserem no âmbito do monitoramento da execução do Plano de Trabalho pactuado entre os Poderes Executivo e Legislativo para dar transparência

e rastreabilidade às emendas parlamentares e homologado pelo STF. Entre outros pontos, os ministérios do Turismo e da Fazenda deverão explicar quantas das 1.219 “emendas Pix” cadastradas, até 17/3, com a finalidade “Turismo”, foram ou serão destinados a eventos.

As informações devem esclarecer quantos e quais planos de trabalho destinados a eventos foram ou são executados por empresas contempladas pelo Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (Perse), a relação dessas empresas e os códigos identificadores na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) de sua atividade principal ou preponderante.

Suspenso do STF julgamento de ré que participou de atos antidemocráticos

Pedido de vista do ministro Luiz Fux suspendeu o julgamento, pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Penal (AP) 2508, em que Débora Rodrigues dos Santos é ré por participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. A AP estava na pauta da sessão virtual do colegiado iniciada na última sexta-feira (21). Débora confessou, em depoimento, ter sido a responsável por ato de vandalismo da estátua “A Justiça”, localizada em frente à entrada principal do Supremo. O monumento, de autoria do escultor mineiro Alfredo Ceschiatti e avaliado em cerca de R\$ 3 milhões, foi vandalizado com a frase “perdeu, mané”, em material de coloração vermelha.

Contudo, tanto para a Procuradoria-Geral da República (PGR) quanto para o relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, o conjunto de provas juntado aos autos no período de investigações deixa claro que a pichação da estátua é apenas mais um dos elementos que corroboram a participação de Débora nos atos de 8 de janeiro.

Ela é acusada de cometer cinco crimes: associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Associação armada - A denúncia diz que, pelo menos desde 2022, a partir do início do processo eleitoral, por meio de mensagens eletrônicas e encontros em acampamentos em frente a unidades militares, Débora se associou a centenas de outras pessoas, algumas armadas, inconformadas com o resultado das eleições. O grupo se voltou ao cometimento de crimes, como a deterioração de patrimônio público e tombado.

8 de janeiro - Essa associação de pessoas com o mesmo propósito culminou nos fatos ocorridos em 8 de janeiro. Naquele domingo de 2023, Débora se uniu a outras milhares de pessoas com o mesmo intuito: por meio de violência, impedir e restringir o exercício dos Poderes constitucionais e depor o governo legitimamente constituído.

Suspeito de matar agente da CET durante assalto na zona oeste é preso pela polícia

A Polícia Civil prendeu ontem, 26, um suspeito apontado como o responsável pela morte, há quase duas semanas, de um agente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Luan Schiavotto Gomes foi encontrado em imóvel no Parque Pinheiros, em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo. A defesa dele não foi localizada. O caso ocorreu na manhã do último dia 13, uma quinta-feira. Como mostrou o Estadão, a vítima, José Domingos da Silva, de 48 anos,

foi alvo de quatro tiros ao ser abordado por um criminoso de moto enquanto trabalhava em uma via pública no Parque Chácara do Jockey, na zona oeste. Ele estava usando câmera corporal no momento da abordagem.

O objetivo do ladrão, apontaram as investigações, era roubar o celular e a aliança de ouro do trabalhador. Segundo a polícia, o agente fotografava um caminho estacionado de forma irregular quando foi abordado pelo motociclista.

A prisão do principal suspeito foi feita por policiais da 1ª Delegacia Discepat (Investigações sobre Roubo e Latrocínio), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). O imóvel em que ele estava fica na Rua Rosa Provencional Delgaudio De acordo com a polícia, o suspeito foi identificado e teve a prisão decretada já durante as investigações. Luan Schiavotto Gomes responde por latrocínio (roubo seguido de morte), modalidade que teve alta de 23% na capital

paulista no ano passado. Foram 53 vítimas, ante 43 no período anterior.

No começo deste ano, uma onda de casos violentos também tem chamado atenção na capital. No mês passado, o ciclista Vitor Medrado, de 46 anos, foi morto com um tiro no pescoço nos arredores do Parque do Povo, no Itaim-Bibi, na zona oeste. Em janeiro, Vitor Rocha e Silva, de 23 anos, foi morto depois de ser baleado em assalto em Pinheiros, também na zona oeste.

Prouni abre lista de espera para vagas do 1º semestre de 2025; veja como se inscrever

O Programa Universidade para Todos (Prouni) abriu ontem, 26, o período para manifestação de interesse na lista de espera de vagas remanescentes do primeiro semestre de 2025. O programa oferece bolsas parciais e integrais para cursos de graduação e sequenciais de formação em instituições de ensino superior privadas.

- Podem participar todos os inscritos que não foram

pré-selecionados nas chamadas regulares ou que foram reprovados por não formação de turma;

- Para isso, é preciso registrar manifestação de interesse na lista de espera até as 23h59 de quinta-feira, 27 de março, na página do Prouni no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.

A divulgação dos pré-selecionados por meio da lista de

espera ocorrerá na terça-feira, 1º de abril. Os selecionados devem comparecer à instituição de ensino escolhida no período de 1º a 11 de abril para comprovar as informações prestadas em sua inscrição.

Na 1ª chamada do Prouni, divulgada no início de fevereiro, 197 080 estudantes foram pré-selecionados. Já na 2ª chamada, no fim de fevereiro, foram convocados 86.373

pré-selecionados. A edição de 2025 teve 1,5 milhão de inscrições, sendo que 768.296 pessoas se inscreveram - cada participante pode escolher até dois cursos para concorrer à bolsa.

Nesta edição, foram ofertadas 338.444 bolsas em 403 cursos de 1 031 instituições privadas por todo o país. Dessas bolsas, 203 539 são integrais e 134.905 parciais.

Não há alternativa para a Otan e defesa da Europa sem participação dos EUA, diz Mark Rutte

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, afirmou ontem, 26 que “não há ou-

tra alternativa” para o grupo ou para a Europa, caso os Estados Unidos interrompam sua participação em recursos de defesa

e envio de tropas. “Não é a hora de separar Europa e EUA, de enfrentarmos desafios sozinhos”, disse, em coletiva de imprensa

no período da tarde. “Não tem como imaginar defesa da Europa, nada pode substituir o guarda-chuva nuclear dos EUA.”

